

Projeto de Resolução nº 220, de 2005 (apenso o de nº 225, de 2005)

Trata-se dos Projetos de Resolução nº 220/05, de autoria do Deputado Renato Casagrande, que propõe disciplinar o reajuste da Verba de Gabinete Parlamentar, e nº 225/05, de autoria do Deputado Manato, que dispõe sobre o reajuste das Verbas de Gabinete Parlamentar e Indenizatória do Exercício Parlamentar e Cota postal/telefônica.

Ambos sugerem reajuste automático e anual das verbas e da cota. O primeiro vincula o reajuste da Verba de Gabinete ao salário mínimo e o último sugere que as verbas e a cota sejam corrigidas pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou outro que lhe suceder.

Solicitado a manifestar-se, o Departamento de Pessoal (Depes), ao concluir o seu parecer, destacou a existência de norma constitucional proibitiva de vinculação do salário mínimo para qualquer fim (art. 7º, VI, CF/88).

O Departamento de Finanças (Defin), por sua vez, analisou o mérito dos projetos de resolução sob dois aspectos: o aumento de despesa e a forma de reajuste da despesa.

Quanto ao aumento da despesa, o Defin defendeu parecer (às fls. 24/28) pela inconstitucionalidade e ilegalidade do aumento automático da Verba de Gabinete e pela ilegalidade do aumento automático da Verba Indenizatória do Exercício Parlamentar e da Cota postal-telefônica, uma vez que o aumento sugerido se encontra em desacordo com os procedimentos orçamentários constantes dos dispositivos da Constituição Federal (art. 169), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 85) e da Lei de Responsabilidade Fiscal (arts. 16, 17 19, e 20).

Quanto à forma de reajuste da despesa, o Defin opinou pela inconstitucionalidade da vinculação dos reajustes das verbas e da cota a índices econômicos (salário mínimo e Índice de Preços ao Consumidor Amplo) (art. 7º da CF/88).

O Defin ressaltou, ao concluir, que as dotações orçamentárias da Casa dependem dos limites monetários fixados pela Secretaria de Orçamento Federal e estão sujeitas a cortes durante o processo de apreciação do projeto de lei orçamentária no Congresso Nacional.

A Diretoria-Geral acompanhou na íntegra as manifestações dos órgãos técnicos predecessores.

À vista do exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, acompanhando a Administração da Casa, pela inconstitucionalidade e ilegalidade dos Projetos de Resolução nºs 220 e 225, de 2005, conforme a instrução processual.

Primeira-Secretaria, em 5 de abril de 2006.

Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA

Primeiro-Secretário